

EDUCAR OS CORPOS, DESEDUCAR OS ESTEREÓTIPOS: REFLEXÕES SOBRE ESCOLA, MÍDIA E SUBJETIVIDADES

EDUCATING BODIES, UNLEARNING STEREOTYPES: REFLECTIONS ON SCHOOL, MEDIA, AND SUBJECTIVITIES

Nei Jorge dos Santos Junior¹ - Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO)

RESUMO

O artigo propõe uma reflexão crítica sobre os modos de constituição dos corpos no contexto escolar, articulando dimensões históricas, disciplinares e midiáticas que incidem na construção das subjetividades. A partir de uma abordagem sociocultural, o corpo é compreendido como produção simbólica e relacional, atravessado por normas, padrões e violências que se expressam tanto na estrutura escolar tradicional quanto nas representações veiculadas pelas mídias de massa e, mais recentemente, pelas redes sociais digitais. O texto também analisa os desafios pedagógicos contemporâneos, destacando a necessidade de integrar criticamente as mídias aos currículos escolares e fomentar práticas educativas capazes de acolher a pluralidade dos corpos e promover a autonomia dos sujeitos. Ao invés de respostas definitivas, o artigo oferece caminhos teórico-metodológicos que contribuem para a superação das normatizações e para a construção de uma educação comprometida com a liberdade, a escuta e o reconhecimento da diversidade.

Palavras-chave: Corpo; Mídia; Educação; Subjetividade; Redes Sociais.

ABSTRACT

The article proposes a critical reflection on the ways in which bodies are constituted within the school context, articulating historical, disciplinary, and media-related dimensions that shape subjectivities. From a sociocultural perspective, the body is understood as a symbolic and relational construct, traversed by norms, standards, and forms of violence expressed both in traditional school structures and in representations disseminated by mass media and, more recently, digital social networks. The text also examines contemporary pedagogical challenges, highlighting the need to critically integrate media into school curricula and to foster educational practices capable of embracing bodily plurality and promoting subject autonomy. Rather than offering definitive answers, the article presents theoretical and methodological paths that contribute to overcoming normativity and to building an education grounded in freedom, dialogue, and the recognition of diversity.

Keywords: : Body; Media; Education; Subjectivity; Stereotypes; Social Media.

¹ Doutorado em Estudos do Lazer pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Professor e Coordenador do Curso de Educação Física do Centro Universitário Serra dos Órgãos (UNIFESO), Teresópolis, Rio de Janeiro, Brasil. Endereço para correspondência: Av. Alberto Torres, 111 – DACS - Alto, Teresópolis - RJ, 25964-004. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5943-8328> E-mail: neisantosjr@gmail.com.

INTRODUÇÃO

O cotidiano escolar pode ser caracterizado como um espaço social, dinâmico e multicultural, que produz costumes, apropriações, valores e significados expressos nas relações dos sujeitos sociais ali encontrados e construídos. Dessa forma, pensá-lo e discuti-lo mostra-se fundamental, pois nesse conjunto de práticas permeado e atravessado pela cultura escolar, identificam-se múltiplas compreensões de corpo, que influenciam não só a prática pedagógica do professor, como também a própria concepção de corpo do aluno.

Nesse sentido, pensando o corpo como a base sobre a qual tudo se constrói: as pessoas enquanto totalidade e as sociedades que elas habitam, convidamos o leitor para pensar uma escola centrada nos sujeitos sociais. Nessa perspectiva, o corpo passa a ser compreendido “como a expressão criativa e consciente do conjunto de manifestações corporais historicamente produzidas”, na tentativa de alcançar inter-relações de diferentes indivíduos com eles mesmos, com outros, e, sobretudo, com o seu meio sociocultural (Taborda, 2006, p.196-197).

Isso significa que o corpo não pode ser compreendido circunscrito à materialidade biológica. Pelo contrário, trata-se de falar sobre a corporeidade. Em outras palavras, pensar o ser corporal o qual se expressa, se comunica, deseja e busca conhecimentos. Um corpo que constrói historicamente, enquanto protagonista, sua relação com o mundo. Aliás, como bem nos lembra Silvana Goellner (2010, p. 74), “se não existe um corpo dotado de uma essência universal, é possível falar de uma educação ‘do corpo’? Não seria mais adequado usarmos o seu plural ‘dos corpos’?”. Afinal,

Um corpo não é apenas um corpo. É também o seu entorno. Mais do que um conjunto de músculos, ossos, vísceras, reflexos e sensações, o corpo é também a roupa e os acessórios que o adornam, as intervenções que nele se operam, a imagem que dele se produz, as máquinas que nele se acoplam, os sentidos que nele se incorporam, os silêncios que por ele falam, os vestígios que nele se exibem, a educação de seus gestos... enfim, é um sem limite de possibilidades sempre reinventadas, sempre à descoberta e a serem descobertas. Não são, portanto, as semelhanças biológicas que o definem, mas fundamentalmente os significados culturais e sociais que a ele se atribuem. (Goellner, 2008, p. 28).

Dessa forma, é necessário, de antemão, reconhecermos que a discussão sobre o corpo na escola faz parte de um contexto social mais amplo. Marcado pela história da dominação, o ambiente escolar protagoniza a função disciplinadora do tempo e das normas, uma teia complexa que se desdobra em um sistema de hábitos sutis compartilhados por todos os sujeitos que ali estão inseridos.

Na tentativa de contrapor esse perfil dominador, torna-se necessário rejeitar os rótulos, palavras ou condutas que aprisionam, engessam e fixam os sujeitos, “enredando-os em representações que os nomeiam como feio ou bonito, apto ou inapto, saudável ou doente, normal ou desviante, masculino ou feminino, heterossexual ou homossexual” (Goellner, 2010, p. 77). Não importando se essas ações são ostensivas ou involuntárias, ou provocam repressão física ou simbólica. O fato é que não devemos naturalizá-las dentro do processo de escolarização. É fundamental problematizarmos e refletirmos a respeito dos sentidos e significados que essas formas de violência tomam por meio de seu poder regressivo e destruidor, seja pelos castigos corporais que perpetuam até os dias de hoje ou pela racionalidade tecnológica dos meios de comunicação de massa.

Por essa razão, considerando que o marco inicial do trabalho pedagógico seja entender o corpo como construção histórico-cultural, a qual são conferidas diferentes marcas em diferentes tempos, espaços, conjunturas econômicas e grupos sociais, o trabalho busca oferecer alguns subsídios teóricos sobre as questões relacionadas aos corpos na educação brasileira, propondo, em um primeiro momento, um olhar historiográfico sobre os castigos corporais e seus desdobramentos. Por fim, a sistematização da relação do corpo com os meios de comunicação de massa.

Os corpos dóceis na escola

Nas primeiras décadas do século XIX, os castigos corporais tinham como fins a implementação de valores, padrões e normas de comportamento. O uso da palmatória era um dos principais instrumentos do professor para a manutenção da ordem e da disciplina. Todavia, a disciplina imposta acabou por denunciar uma sociedade impregnada de práticas violentas, sendo comuns não somente no ambiente escolar, mas em todo o processo que envolvia relações humanas (Aragão; Freitas, 2012). Vejamos um exemplo claro dado por Machado de Assis, um dos principais intelectuais da história nacional.

Aqui pegou da palmatória.

- Perdão, seu mestre . . . solucei eu.

- Não há perdão! Dê cá a mão! dê cá! vamos! sem-vergonha! dê cá a mão!

- Mas, seu mestre . . . - Olhe que é pior! Estendi-lhe a mão direita, depois a esquerda, e fui recebendo os bolos uns por cima dos outros, até completar doze, que me deixaram as palmas vermelhas e inchadas. Chegou a vez do filho, e foi a mesma cousa; não lhe poupou nada, dois, quatro, oito, doze bolos.

Acabou, pregou-nos outro sermão. Chamou-nos sem-vergonhas, desaforados, e jurou que se repetíssemos o negócio, apanharíamos tal castigo que nos havia de lembrar para todo o sempre. E, exclamava:

- Porcalhões! tratantes! faltos de brio! Eu por mim, tinha a cara no chão. Não ousava fitar ninguém, sentia todos os olhos em nós. Recolhi-me ao banco, soluçando, fustigado pelos impropérios do mestre. Na sala arquejava o terror; posso dizer que naquele dia ninguém faria igual negócio. (Assis, 1884, p. 1).

Publicado pela primeira vez na Gazeta de Notícias, em 8 de setembro de 1884, Machado de Assis narra, em Conto de Escola, um cenário escolar sombrio, em que as relações sociais se pautavam pelo autoritarismo e pela constante ameaça de castigos físicos. Embora tenha sido, em 15 de outubro de 1827, promulgada a Lei Imperial, que — entre outras prescrições — tornava proibido o castigo corporal, o início do texto já estabelece a atmosfera educacional que constituirá o seu enredo: um ambiente escolar composto por uma cultura da violência moral e corporal.

Explícito ou implicitamente, a questão é que esse recurso perpassou historicamente pelos parâmetros sociais e educacionais no que tange à relação professor-aluno. O sentimento de medo somaria forças ao sentimento de vergonha. Os castigos morais alinhavam-se aos físicos e as questões pedagógicas continuavam circunscritas à função de um personagem autoritário, cujo símbolo dominante era a detenção do saber. Não existia a preocupação com a aprendizagem discente, tampouco o seu reconhecimento enquanto sujeito ativo desse processo. A aprendizagem era centrada no professor, podendo esse usar e abusar de sua autoridade, aplicando castigos físicos e humilhações. Em outras palavras,

uma escola pautada sob a lógica da dominação dos corpos ou, como bem nos lembra Foucault (2007), tida como espaços de criação de “corpos dóceis”.

De fato, o poder disciplinar mecaniza e normaliza a rotina na qual todas as ações são previamente pensadas e realizadas maquinalmente. A padronização dos gestos e movimentos foi um dos principais indicadores para a codificação das manifestações corporais na escola. Dessa forma, acreditamos que o processo de disciplinarização dos corpos corresponde aos mecanismos de normatização, ou seja, aos métodos de denominação e separação entre o desejável e o indesejável. Esse processo de separação é fundamental quando se idealiza a figura do sujeito moderno, o sujeito normalizado.

Nesse sentido, todos os procedimentos disciplinares presentes no interior da instituição escolar, fosse pela implementação de novos métodos de ensino, ou pela própria conformação e distribuição do espaço e do tempo escolar — nesse caso, podemos citar o mobiliário, salas de aula e de recreação, os tempos de recreio e de intervalo — instituíram importantes dimensões sobre as quais se mobilizaram esforços e investimentos na tentativa de reformar unilateralmente o processo de escolarização. Esse processo buscava a formação de corpos domesticados que certamente influenciariam pais e educadores fora do âmbito estritamente escolar, e inevitavelmente estendiam-se ao âmbito da vida privada da criança. Isto é, a escola como um local privilegiado para a implementação de técnicas, estratégias e dispositivos que permitem, em conjuntura, o controle minucioso das operações do corpo (Foucault, 2007).

Acreditamos assim que o corpo se estabelece como componente vital do poder disciplinar. De certa forma, essa representação contribui para a exploração de diversas práticas que a instituição escolar assume para condicionar os corpos, na tentativa de imprimir certos hábitos, disposições, atitudes e comportamentos, que, em determinado tempo e espaço sociais, são classificados como apropriados.

Se pensarmos a atual estrutura escolar, ainda que incumbida de novos sentidos e significados, podemos identificar diversas práticas que mostram a busca deliberada na domesticação dos corpos. As filas, o levantar o dedo antes de falar, abaixar a cabeça após as tarefas realizadas, ir ao quadro como punição, a saudação ensaiada para ser repetida toda vez que entra uma visita na sala de aula são apenas exemplos dos mecanismos habituais que as escolas ainda utilizam.

Contudo, é preciso romper com essa forma de conceber o corpo na escola. Ainda que os castigos corporais não estejam mais no centro da discussão, pelo menos na figura da palmatória, outros sistemas exploram, punem, estigmatizam e controlam os corpos na escola. A escola vem testemunhando ao longo dos anos ordens sociais discriminatórias e odiosas transvestidas em nome da preservação da moral e dos bons costumes. A violência sobre os corpos reveste-se, hoje, de novos trajes e outras ações. Encontra-se nos discursos, na linguagem, nos padrões corporais, nos ideais de beleza, saúde e perfeição corporal. Em outras palavras, não estamos livres desses processos de exclusão. Pelo contrário, apenas mudamos de modelo, e, com certeza, não menos perverso.

A mídia, por exemplo, seria autora do modelo ideal de corpo, pois “opera no sentido de participar do processo de constituição de sujeitos e subjetividades através da socialização de uma enorme teia de significados que termina por submeter todos os sujeitos de uma sociedade” (Neira; Santos Junior; Santos, 2009, p. 98; Santos Junior, 2024). Considerando seu profundo envolvimento com a produção de imagens, sons, significados e saberes, ela

acaba determinando qual símbolo corporal deve ser valorizado na sociedade, ditando normas, costumes e padrões de beleza.

Dessa forma, como ficam os novos desejos de ser que são fornecidos pela mídia? Como ocorre a relação entre um corpo tido e possível e o oferecido como o padrão de beleza? E as exigências corporais cada vez mais utópicas, principalmente com as mulheres? Como a escola se coloca diante desses temas?

Para responder essas questões, é fundamental que se abra espaço para a construção de representações do corpo e dos valores que a ele se atribui. Os sujeitos seduzidos pelo discurso midiático começam a abandonar a sua natureza expressiva à procura de um ideal de beleza. Para que isso não ocorra, é preciso que o corpo não perca seu potencial produtivo, deixando de ser visto apenas como elemento de exclusiva adaptação ou pensado em um plano inferior. Por isso, devemos compreender a escola como espaço privilegiado para refletir sobre a formação dos sujeitos, desmistificando estigmas, estereótipos, valores e atitudes, superando a razão instrumental para integrar a razão comunicativa. Assim, apresentaremos alguns enfoques teórico-metodológicos que permitem uma sistematização da relação do corpo com os meios de comunicação de massa, na tentativa de decifrar sentidos ou significados nele presentes e refletir, criticamente, suas implicações por uma prática pedagógica plural, interdisciplinar e transformadora.

Corpo, mídia e educação: por que e para quê?

Refletir sobre as relações entre corpo e mídia no cotidiano escolar não parece, a princípio, uma tarefa árdua. Diversos trabalhos foram elaborados ao longo dos anos, mostrando a importância que a temática alcança como possibilidade de estudo no desenvolvimento da corporeidade. Embora esse elemento não represente a tradição de utilização da mídia como conteúdo da educação, revisitar seus conceitos, linguagens e implicações se mostra cada vez mais urgente, haja vista a velocidade na transmissão de informações tecnológicas presentes na contemporaneidade, sendo o corpo protagonista nessa relação de consumo, exploração e mercado (Santos Junior, 2012; Santos Junior, 2024).

Para dar início, é preciso reconhecer o corpo como objeto importante para a construção do educando como um todo. Sendo assim, torna-se necessário apresentar seus conteúdos sob uma perspectiva crítica, não o reduzindo a métodos tecnicistas, currículos engessados, ou discursos descontextualizados. Pelo contrário, lançamos um novo olhar sobre o corpo, compreendendo sua singularidade, reconhecendo a diversidade inerente aos indivíduos e de sua cultura. Dessa forma, um primeiro passo pode ser um olhar mais atento sobre a relação corpo e mídia, sobretudo nos desdobramentos que essa relação reflete no cotidiano escolar.

O estilo de vida contemporâneo, especialmente influenciado pelas plataformas digitais, introduz um novo corpo ideal — editado, performado e compartilhável — que se insere na lógica do espetáculo e da exposição constante (Sibilia, 2008). Redes como *Instagram*, *TikTok* e *YouTube* não apenas disseminam padrões estéticos, mas também moldam subjetividades através da validação por curtidas, visualizações e comentários, instaurando um regime de visibilidade em que o corpo se torna mercadoria simbólica (Recuero, 2009; Han, 2021).

Dessa forma, no momento em que estabelece padrões, a mídia constrói novas necessidades, transforma e cria desejos de consumo, difundindo a ideia de que a possibilidade

de modificação dos padrões está nas mãos dos indivíduos (Pimenta, 2012). Ou seja, o padrão de beleza fornecido pela mídia aparece como um estímulo para alcançar o prazer ou ser aceito, ainda que de um modo imposto e inexistente, mas que mesmo assim se torna amplamente desejado.

Como destaca Henry Jenkins (2009), essas plataformas não operam de forma neutra. Vivemos em uma cultura da convergência, em que os jovens não apenas consomem, mas também produzem e compartilham conteúdos que constroem identidades e reforçam ou subvertem normas sociais (Jenkins, 2009). A escola, nesse contexto, não pode mais ignorar que o corpo do estudante é atravessado por imagens, filtros e algoritmos que interferem diretamente em sua autoestima, pertencimento e modos de se relacionar com o outro.

Diante disso, lançar um olhar pedagógico sobre a relação corpo-mídia-redes define uma nova exigência: ensinar os meios e com os meios, como propõe Belloni (2002). Trata-se de transformar as mídias em objetos de estudo e, ao mesmo tempo, ferramentas para experiências comunicativas e educativas mais críticas e plurais. Isso implica reestruturar currículos e práticas escolares, incorporar linguagens digitais e promover a alfabetização midiática como parte constitutiva da formação cidadã (Kellner, 2001).

O corpo, agora amplamente exposto e mediado por telas e interfaces, é também palco de disputas simbólicas e afetivas. A busca por visibilidade e aceitação nas redes pode gerar sofrimento psíquico e corporal, especialmente entre adolescentes, sendo comum o desencadeamento de transtornos ligados à imagem corporal, como distorções perceptivas e comportamentos autolesivos (Silva; Andrade, 2021). O papel da escola, portanto, não é apenas o de denunciar esses efeitos, mas de criar espaços para que os estudantes compreendam os processos de mediação tecnológica, ressignifiquem suas práticas e possam construir narrativas próprias, autônomas e saudáveis.

Para incorporar esses apontamentos, é necessário refletir sobre alguns desafios postos na prática pedagógica. Orozco-Gómez (1997) comenta que os educadores analisam os meios de comunicação de massa de acordo com visões tradicionais que podem formar estereótipos nocivos ao processo educativo. Também chama atenção para alguns elementos, que revistos, podem contribuir para uma prática pedagógica efetiva a serviço da formação do indivíduo autônomo, que são: informático, formal, técnico, preferencial, efetividade pedagógica e relevância educativa. Logo, atentarei para dois desses desafios, entendendo como fundamentais para uma melhor compreensão sobre a relação mídia e corpo no cotidiano escolar.

O primeiro deles é o desafio informático, diretamente relacionado aos recursos tecnológicos disponibilizados cotidianamente pelos meios de comunicação de massa — hoje potencializados pela lógica acelerada e fragmentada das redes sociais (Orozco-Gómez, 1997; Santos Junior, 2007). A abundância de informações, a efemeridade dos conteúdos e a dificuldade crescente em distinguir dados legítimos de desinformações conferem uma nova complexidade a esse cenário. Soma-se a isso a espetacularização constante do corpo nas plataformas digitais, marcada pela naturalização de filtros, edições e performances que passam a funcionar como referências normativas na construção da autoimagem. Esse desafio, portanto, não se restringe à quantidade de informações circulantes, mas envolve, sobretudo, questões de ordem qualitativa, exigindo uma leitura crítica das formas como esses conteúdos afetam percepções, comportamentos e subjetividades.

No segundo desafio, discute-se a efetividade pedagógica frente ao uso das mídias no processo de ensino e aprendizagem. De acordo com Orozco-Gómez (1997), há evidências suficientes de que a mediação pedagógica com recursos midiáticos tende a tornar a aprendizagem mais ágil e significativa, permitindo o acesso a conhecimentos mais próximos da realidade social dos educandos. Tradicionalmente, esse debate era centrado nos conteúdos veiculados pela televisão, que, mesmo com suas limitações, oferecia um repertório cultural reconhecível e relativamente estável.

Contudo, na contemporaneidade, esse cenário se complexifica com a presença massiva das mídias sociais digitais, que passaram a disputar — e muitas vezes vencer — a atenção e o tempo dos estudantes. Se, no passado, os jovens já demonstravam maior familiaridade com as informações transmitidas pela TV — das fofocas de celebridades aos produtos anunciados —, hoje eles consomem, produzem e compartilham conteúdos que circulam em rede, de maneira instantânea, efêmera e muitas vezes descontextualizada.

Essas plataformas não apenas fornecem informações, mas moldam afetos, valores e modos de existir, constituindo um ecossistema cultural que influencia diretamente os processos formativos. Por isso, se compararmos o conteúdo trabalhado em sala de aula com aquele consumido nas redes sociais — sem considerar, neste momento, o rigor crítico ou a curadoria de ambos —, é possível perceber que os estudantes estão, em muitos casos, mais atualizados sobre tendências, narrativas e discursos midiáticos do que sobre os saberes escolares. Esse deslocamento exige da escola uma reconfiguração urgente de suas práticas, que considere a presença das redes sociais como campo de disputa simbólica, pedagógica e ética.

A seguir, apresentamos algumas considerações sobre as possibilidades de se trabalhar pedagogicamente a relação entre corpo e mídias — tanto tradicionais quanto digitais — no contexto escolar. Cientes de que a complexidade do tema exigiria um aprofundamento maior, nosso objetivo aqui é oferecer pistas e proposições iniciais que possam subsidiar práticas pedagógicas comprometidas com a formação crítica dos sujeitos. Trata-se de criar caminhos que revelem o corpo em sua dimensão múltipla e simbólica, capaz de produzir conhecimento, comunicar sentidos, reivindicar existências e, sobretudo, resistir às normatizações impostas por lógicas midiáticas hegemônicas.

Em uma sociedade marcada pela racionalidade técnica e pelo culto à performance, o corpo ainda é muitas vezes reduzido a função, aparência ou produtividade. Ao propor sua abordagem na escola sob o viés das mídias sociais, pretendemos restituir ao corpo sua potência expressiva, relacional e criadora. Isso significa concebê-lo não apenas como objeto de controle ou exibição, mas como sujeito da percepção — que sente, reage, interpreta e é interpretado, sobretudo nas redes digitais onde a visibilidade opera como um valor central.

Reconhecer essa complexidade é, antes de tudo, aceitar o desafio de educar com e nas mídias, criando experiências didáticas significativas que articulem o sensível ao crítico, o vivido ao simbólico, o local ao global. E é nesse movimento que reside a certeza que nos orienta: a de que vale a pena enfrentar esse desafio e explorar as múltiplas possibilidades que se abrem ao desenvolver práticas pedagógicas instigantes, criativas e transformadoras, capazes de devolver ao corpo sua centralidade na construção do conhecimento e da cidadania em tempos digitais.

Trabalhando os corpos e as mídias na escola

O corpo, despido, vestido ou até mesmo fragmentado, segue sendo uma das imagens mais exploradas pelas mídias — agora não apenas por veículos tradicionais, como comerciais e videocliques, mas também pelas redes sociais digitais, onde os próprios sujeitos se tornam produtores, editores e curadores de suas aparições. No entanto, não se trata de qualquer corpo: os corpos que circulam são, em sua maioria, padronizados, higienizados, sexualizados e aderentes a ideais inatingíveis de beleza e sucesso. Tais representações não apenas vendem produtos, mas, sobretudo, produzem valores, afetos e exclusões.

A escola, como espaço de produção e mediação de sentidos, não pode ignorar essas transformações. Trabalhar a relação entre corpo e mídia no cotidiano escolar torna-se não apenas necessário, mas urgente. Entretanto, essa tarefa exige que os educadores estejam preparados para dialogar com uma linguagem que escapa da linearidade textual e se expressa em vídeos curtos, memes, filtros, hashtags e algoritmos. O desafio não está apenas em trazer a mídia para a sala de aula, mas em compreendê-la em sua complexidade sem perder o vínculo com a formação ética e crítica dos estudantes.

Metodologicamente, estratégias como o método compreensivo (Ferrés, 1996) seguem relevantes, especialmente se adaptadas ao contexto das mídias sociais. Esse método, centrado na valorização das emoções como ponto de partida para a reflexão, permite ao professor iniciar discussões sobre vídeos virais, desafios do *TikTok*, ou filtros de embelezamento do Instagram, explorando com os alunos suas reações iniciais e conduzindo, progressivamente, a uma análise crítica do conteúdo e de seus efeitos simbólicos sobre o corpo, o desejo e o pertencimento.

Além disso, práticas pedagógicas fundamentadas na educação midiática crítica (Kellner, 2001) podem auxiliar na formação de sujeitos capazes de decodificar os discursos visuais, compreender o papel dos algoritmos e resistir aos modelos normativos de corpo e comportamento. Por exemplo, ao analisar com os alunos perfis de influenciadores digitais, pode-se questionar: que corpos aparecem? Quais são invisibilizados? Que performances são validadas? Que tipo de engajamento se espera dos seguidores?

Como destaca Raquel Recuero (2009), as redes sociais digitais operam na lógica das redes de sociabilidade e do capital social, em que a aparência do corpo muitas vezes se transforma em moeda de valor e legitimação. No contexto escolar, isso pode resultar em conflitos, exclusões, cyberbullying e uma pressão constante por visibilidade e perfeição. Ignorar esses fenômenos seria deixar de lado uma parte fundamental da experiência vivida pelos estudantes.

Por isso, além da análise crítica, é preciso fomentar a expressão corporal autêntica, incentivando os estudantes a usarem os meios digitais como ferramentas criativas de comunicação e resistência. Oficinas de criação audiovisual, projetos de mídia-educação, roteirização de vídeos curtos com temas ligados à diversidade, à saúde e ao corpo real podem não apenas ampliar o repertório técnico dos alunos, mas permitir que eles reconectem corpo e subjetividade de forma mais livre e significativa.

Nesse sentido, os conceitos de educar no e com o meio (Ferrés, 1996) se atualizam: educar no meio implica problematizar criticamente os discursos das redes, os algoritmos, a lógica do engajamento e a cultura da influência. Já educar com o meio é usar as redes

como ferramentas pedagógicas que ajudem a mobilizar linguagens juvenis e criar experiências significativas, capazes de gerar deslocamentos e novas narrativas sobre o corpo.

A escola que aceita esse desafio abre espaço para o protagonismo juvenil, para a valorização da pluralidade de corpos e para a construção de uma cidadania digital crítica. Como nos lembra Han (2021), na sociedade da transparência e da exposição, é preciso resgatar o valor do silêncio, da interioridade e da dignidade do corpo. Em outras palavras, é papel da educação restaurar o corpo como território de afeto, expressão e cuidado, e não apenas como vitrine ou performance para aprovação alheia.

Assim, o trabalho pedagógico com mídias e corpos deve evitar tanto a ingenuidade acrítica quanto o moralismo conservador. Ele deve estar enraizado na escuta, na curiosidade, no acolhimento das experiências juvenis e na aposta em processos formativos transformadores. Afinal, como aponta Silva (2022), “o corpo na escola não é apenas presença física — é linguagem, é história, é política. E quando silenciado, a escola falha em sua missão mais essencial: formar sujeitos conscientes de si e do mundo.”

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Compreender a constituição dos corpos no ambiente escolar exige uma abordagem que vá além da dimensão biológica ou funcionalista. Trata-se de compreender os corpos como construções simbólicas, históricas e culturais, marcados por relações de poder que se expressam desde práticas disciplinares arcaicas, como os castigos físicos, até formas mais sutis e contemporâneas de controle, como os padrões estéticos impostos pela mídia. A escola, nesse contexto, é tanto palco quanto agente de tais processos, ora reforçando estigmas e normalizações, ora oferecendo possibilidades de resistência e emancipação.

A análise dos mecanismos de disciplinamento e das novas formas de violência simbólica que incidem sobre os corpos — especialmente por meio da espetacularização promovida pela mídia — evidencia a necessidade de uma atuação pedagógica crítica, sensível às diferenças e comprometida com a formação de sujeitos autônomos e conscientes. O corpo, enquanto território de significados, deve ser reconhecido em sua pluralidade, em sua potência criadora e em sua capacidade de expressar narrativas invisibilizadas pelo discurso hegemônico.

Assim, mais do que adaptar-se aos novos tempos, a escola precisa reinventar-se como espaço de escuta, expressão e acolhimento das diversidades corporais. Isso implica, entre outras ações, desconstruir estereótipos, rever práticas pedagógicas normativas e integrar criticamente as mídias ao cotidiano educativo. Educar os corpos é, portanto, educar para a liberdade, para a sensibilidade e para o pensamento crítico. Trata-se de um desafio urgente e necessário em tempos marcados por exclusões sutis, mas profundamente enraizadas.

Por fim, é importante destacar que não temos a pretensão de elaborar conclusões, tampouco a exposição de novidades. A proposta inicial foi refletir sobre valores e atitudes para a formação de novos comportamentos, mudança de mentalidades que contribuem no processo de superação de estereótipos e normas impostos pela cultura midiática, pois acreditamos que não há como falar de corpo sem falar de nós mesmos, de nossa subjetividade, daquilo que somos ou que pretendemos ser. Afinal, não são as semelhanças biológicas que o definem, mas, sobretudo, os sentidos sociais e culturais que a ele se atribuem.

REFERÊNCIAS

- ASSIS, Machado. Conto de Escola. **Gazeta de Notícias**, Rio de Janeiro, p. 1, 8 set. 1884.
- ARAGÃO, Márcia; FREITAS, André Gustavo Batista de. Práticas dos castigos escolares: enlaces históricos entre normas e cotidiano. **Revista Conjectura**, Caxias do Sul, vol. 17, n. 2, p. 17–36, 2012.
- BELLONI, Maria Luiza. **Mídia-educação ou comunicação educacional?** Campo novo de teoria e de prática. In: BELLONI, Maria Luiza (org.). *A formação na sociedade do espetáculo*. São Paulo: Loyola, 2002. p. 27–72.
- CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede**. 9. ed. São Paulo: Paz e Terra, 2013.
- FERRÉS, Joan. **Televisão e educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.
- FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: história da violência nas prisões**. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A produção cultural do corpo. In: LOURO, Guacira Lopes; FELIPE, Jane; GOELLNER, Silvana Vilodre. **Corpo, gênero e sexualidade: um debate contemporâneo na educação**. 3ª edição. Petrópolis: Vozes, 2008.
- GOELLNER, Silvana Vilodre. A educação dos corpos, dos gêneros e das sexualidades e o reconhecimento da diversidade. **Cadernos de Formação da Rede Brasileira de Ciências do Esporte**, São Paulo, vol. 1, n. 2, p. 71–83, 2010.
- HAN, Byung-Chul. **Sociedade da transparência**. Petrópolis: Vozes, 2021.
- JENKINS, Henry. *Cultura da convergência*. São Paulo: Aleph, 2009.
- KELLNER, Douglas. **A cultura da mídia: estudos culturais: identidade e política entre o moderno e o pós-moderno**. Bauru: EDUSC, 2001.
- MENDES, Daniela Siqueira; PIRES, Gilmar Luiz. Desvendando a janela de vidro: relato de uma experiência escolar de mídia-educação e educação física. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, vol. 30, n. 3, p. 79–94, 2009.
- NEIRA, Marcos Garcia; SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos; SANTOS, Adriana Pereira dos Santos. Corpo feminino na televisão: reflexões necessárias no âmbito da educação física escolar. **Revista Conexões: Educação Física, Esporte e Saúde**, Campinas, vol. 7, n. 2, p. 97–113, 2009.
- OLIVEIRA, Marcos Aurélio Tavares de. **Educação do corpo na escola brasileira**. Campinas: Autores Associados, 2006.
- OROZCO-GÓMEZ, Guillermo. Professores e meios de comunicação: desafios, estereótipos. **Revista Comunicação e Educação**, São Paulo, v. 3, n. 10, p. 57–68, set.-dez., 1997.
- PIMENTA, Simone Pereira Campos. Reflexões sobre corporeidade e padrões de beleza a partir de Merleau-Ponty. **Revista de História da Universidade do Estado da Bahia**, Salvador, vol. 4, n. 2, p.133–145, 2012.
- RECUERO, Raquel. **Redes sociais na internet**. Porto Alegre: Sulina, 2009.
- SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Espetacularização esportiva na TV: ações e desafios à Educação Física escolar. **Lecturas Educación Física y Deportes**, Buenos Aires, v. 12, p. 111, 2007.
- SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. Eles compreendem de outro jeito: mídia, educação física escolar e possibilidades. **Revista Arquivos em Movimento**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 2, p. 65–78, 2012.

SANTOS JUNIOR, Nei Jorge dos. A educação em direitos humanos no âmbito da educação física escolar: reflexões necessárias. **Revista Linguagens, Educação e Sociedade (LES)**, Teresina, v. 28, n. 58, 5697, set. 2024.

SIBILIA, Paula. **O show do eu**: a intimidade como espetáculo. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.

SILVA, Tomaz Tadeu da; ANDRADE, Helciclever Barros de. Juventude, corpo e redes: entre o prazer e a dor. **Revista Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 46, e133830, 2021.